

OS RECENTES DADOS PUBLICADOS PELO INE, CONFIRMAM O AGRAVAMENTO DO EMPOBRECIMENTO E DAS DESIGUALDADES EM PORTUGAL

Os dados publicados pelo INE, a 30 de Janeiro, demonstram como a pobreza e a desigualdade se estão a agravar nos últimos anos em consequência da política do Governo do PSD/CDS-PP. Passos Coelho veio tentar subestimar estes dados sob o argumento de que se referem a 2013, quando é sabido que, para 2015, o Governo não só mantém a política como a pretende agravar com mais ataques às prestações sociais e aos direitos dos trabalhadores.

Em suma, Portugal está mais pobre em resultado da política de direita, responsável pela destruição de emprego e do aumento da precariedade no trabalho, pela diminuição do nível de vida devido aos cortes e à diminuição nos salários, nas pensões e outras prestações da segurança social, e ao agravamento dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e pensões.

A CGTP-IN chama assim a atenção para alguns dos aspectos centrais que esta estatística do INE revela:

► **Aumento de cerca de 300 mil pessoas em risco de pobreza ou de exclusão desde 2011**

Verifica-se que 27,5% da população estava em risco de pobreza ou de exclusão social em 2013, situação que se manteve em 2014. Este indicador tem em conta não apenas o rendimento mas também a privação material severa, isto é, a incapacidade das pessoas para satisfazerem várias necessidades básicas relativas a alimentação, à habitação (por exemplo, a capacidade para pagar rendas de casa), às comunicações (por exemplo, terem telefone), etc. Não só a população nestas condições é muito elevada (2,9 milhões de pessoas) como se constata um brutal agravamento, com mais de 300 mil pessoas nestas circunstâncias desde 2011.

População em risco de pobreza ou de exclusão social

	2011	2013
Risco de pobreza e de exclusão		
%	24,4	27,5
Milhares	2579,8	2875,8
Variação 2013-2011 (mil)		296
População total (mil)	10573,1	10457,3

Fonte: INE

► **São pobres quase 1 em cada 5 portugueses, mas a situação é mais grave quando a pobreza é ancorada no tempo**

A população em risco de pobreza passou de 17,9% em 2009 para 19,5% em 2013. Este aumento reflecte o impacto da política dita de “austeridade”, aplicada no país desde 2010; primeiro com os programas de estabilidade e crescimento (PEC) do anterior Governo e depois com os programas do actual Governo e da troika. A consequência foi a diminuição do nível médio de rendimento da população (isto é o empobrecimento).

Os dados sobre a pobreza são amortecidos pelo facto de serem calculados com base num rendimento médio que ele próprio diminuiu. O que significa que é preciso cada vez menos dinheiro para deixar de se ser pobre em Portugal. O cálculo da pobreza sem esta diminuição do limiar de pobreza, dá-nos um retrato mais verdadeiro do que se tem passado. O valor calculado com um limiar de pobreza ancorado em 2009 mostra que a taxa de pobreza passa de 17,9% em 2009 para 25,9% em 2013 e que há agravamento em todos os grupos etários:

Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses

Filiada na



CES

Confederação
Europeia
de Sindicatos



Linha de pobreza ancorada em 2009 e taxa de risco de pobreza (%), Portugal, EU-SILC 2010-2014

Ano de referência dos dados	un.	2009	2010	2011	2012	2013 (P _o)
Linha de pobreza a preços de 2009	€	5 207	5 280	5 473	5 624	5.639
Taxa de risco de pobreza						
Total	%	17,9	19,6	21,3	24,7	25,9
0-17 anos	%	22,4	23,9	26,1	30,9	31,1
18-64 anos	%	15,7	17,7	20,3	23,7	24,6
65 + anos	%	21,0	21,6	19,8	22,4	25,5
EU-SILC		2010	2011	2012	2013	2014 (P _o)

 P_o - Valor provisório

EU-SILC: Inquérito às Condições de Vida e Rendimento

Fonte: INE

►► A pobreza abrange mais de 4 em cada 10 trabalhadores desempregados

O agravamento da pobreza atinge todos os grupos sociais – empregados, desempregados e inativos. O próprio emprego não é garantia suficiente para o risco de pobreza, como mostra o facto de serem abrangidos 10,7% dos empregados – o que, tendo em conta a dimensão da população empregada, representa 483 mil pessoas. Houve também em 2013 um aumento da pobreza dos idosos, um grupo social onde a tendência tem sido a de diminuição devido à protecção assegurada pela segurança social.

Há grupos sociais que estão a ser desproporcionadamente atingidos pelas políticas ditas de “austeridade”, como é o caso dos desempregados, das crianças e das famílias pobres com filhos. Os desempregados têm sido vítimas não apenas das consequências da crise na destruição de postos de trabalho, mas também das mudanças no regime das prestações de desemprego, que explicam que hoje menos de um em cada dois desempregados não tenha acesso a estas prestações. As crianças e os jovens, e as famílias pobres são particularmente expostos. Quase quatro em cada dez famílias monoparentais estão nesta situação.

Pobreza segundo grupos sociais (%)

	2009	2010	2011	2012	2013
Pobreza	17,9	18,0	17,9	18,7	19,5
Empregados	9,7	10,3	9,9	10,5	10,7
Desempregados	36,4	36,0	38,4	40,3	40,5
Reformados	18,5	17,9	15,9	12,8	12,9
Crianças (0-17 anos)	22,4	22,4	21,8	24,4	25,6
Famílias de 1 adulto c/crianças dependentes	37,0	27,9	30,7	33,1	38,4
Pobreza sem prestações sociais	43,4	42,5	45,4	46,9	47,8

Fonte: INE

Aumento das desigualdades

As desigualdades têm-se também vindo a acentuar. Em 2009, os 10% da população com maior rendimento ganhavam 9,2 vezes mais que os 10% dos que tinham menor rendimento; mas em 2011 já ganhavam 11,1 vezes mais.

Indicadores sobre desigualdades

	2009	2010	2011	2012	2013
Coefficiente de Gini (%)	33,7	34,2	34,5	34,2	34,5
Desigualdade (S90/S10)	9,2	9,4	10,0	10,7	11,1

Fonte: INE

Um país mais pobre e desigual

Em suma, esta estatística do INE revela um país ainda mais pobre e desigual. O nível de vida médio da população baixou o que não significa que todos tenham empobrecido. Há indicadores e sinais de riqueza manifesta, em que os 25 mais ricos dispunham de uma riqueza equivalente a 10% do PIB em 2013.

É neste contexto que o Governo do PSD/CDS-PP, não só impõe a continuidade da política de direita, como mantém e agrava os sacrifícios, projectando uma nova fase da ofensiva com o objectivo de intensificar ainda mais a exploração, cujas graves consequências sociais são inequívocas e estão à vista nos números que espelham o agravamento da pobreza, da exclusão social e das desigualdades. É neste sentido que visam introduzir em 2015 aquilo a que chamam “um tecto global para as prestações sociais não contributivas substitutivas de rendimentos do trabalho”. Sem que se saiba ainda exactamente o que está aqui em causa, não restam dúvidas que se trata de mais uma medida que visa atingir os grupos mais vulneráveis da nossa sociedade, contribuindo para o aprofundamento da pobreza e da exclusão social em Portugal.

A CGTP-IN chama a atenção para a importância das transferências sociais na redução da pobreza. Sem estas transferências a taxa de pobreza atingiria os 48% da população. Por conseguinte, diminuir o nível e a qualidade da segurança social tem um impacto brutal nas condições de vida da população.

Assim, neste contexto adverso para os trabalhadores e o povo, a CGTP-IN reitera, que é necessário e é possível resistir, lutar e vencer muitas batalhas, até derrotar definitivamente este Governo e a política de direita, e criar as condições para uma alternativa política de esquerda e soberana, comprometida com os valores e direitos de Abril.

DIF/CGTP-IN

Lisboa, 03.02.2015